

Despacho de encaminhamento da CBEX ao MP/TCU, VIA ADGECEX

TC n.º 018.551/2013-0

Autuada a presente Cobrança Executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor/entidade executora e promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – CADIRREG, de que trata o §1º do artigo 1º da Resolução TCU n.º 113/1998, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Scbex/Adgecex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992.

RESPONSÁVEL	DATA TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO Nº
Raimundo Nonato Borba Sales	09/03/2013	7260/2012 - TCU-1ª Câmara

Ressalto que a notificação do responsável foi efetuada diretamente por meio de edital por que, no momento da citação/audiência, foi encaminhado o Ofício 3098/2011-TCU/SECEX-MA para o endereço “Rua de Santa Bárbara, S/N, Centro, Cantanhede/MA, CEP: 65.465-000”, sendo que o Aviso de Recebimento retornou com a informação “Mudou-se”. Tentou-se localizar novo endereço, sem sucesso. Diante desse quadro, a citação/audiência foi efetivada por edital. Após julgamento do processo, no momento de expedir notificação do acórdão condenatório, considerando que o endereço atualizado no sistema CPF/RFB não sofreu alteração; considerando que não localizamos endereço diverso em outras fontes, o Secretário da Unidade exarou despacho autorizando expedir edital de notificação do Acórdão 7260/2012 – TCU – 1ª Câmara diretamente, que foi providenciado conforme Edital nº 6, de 7/2/2013, publicado no DOU de 21/2/2013.

Informo, por oportuno, que a documentação constante deste processo contém as informações necessárias para os registros pertinentes no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin – Lei 10.522/2002), em relação à multa aplicada, atribuição esta da Advocacia Geral da União, conforme o disposto no art. 2º, da Decisão Normativa-TCU nº 126, de 10 de abril de 2013.

Secex-MA, 04 de Julho de 2013.

Marcileia Alves de Oliveira Barros
Assessora

(com delegação de competência conferida pela Portaria-Secex-MA nº 2, de março/2013)